



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Thais Tavares Rodrigues

**VILA PLANALTO: de acampamento ao contexto de Brasília
patrimonializada**

Brasília

2013



Thais Tavares Rodrigues

VILA PLANALTO: de acampamento ao contexto de Brasília patrimonializada

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como Requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília

2013



Thais Tavares Rodrigues

VILA PLANALTO: de acampamento ao contexto Brasília patrimonializada

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como Requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – GEA-UnB

Profa. Dra. Flaviana Lira - FAU-UnB

Profa. Dra. Marília Luiza Peluso - GEA-UnB

Aprovado em: ____/2013

Brasília, ____ de dezembro de 2013

Aos meus amados pais e meu querido Fábio.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa pela orientação e paciência durante a realização do trabalho, além da constante atenção, disponibilidade para retirada de dúvidas e respostas extremamente rápidas dos e-mails por mim enviados.

Aos meus pais que foram o alicerce no meu crescimento como pessoa e que também tiveram muita paciência e me ajudaram com cada pequena coisa que precisei, em todo o meu processo de formação.

À Leiliane Rebouças que disponibilizou tempo e energia para me auxiliar na coleta de dados.

Ao meu querido Fabio que aguentou e esteve ao meu lado em todos os surtos psicóticos e os momentos de frustração, do processo de construção desse trabalho, com extrema calma e paciência.

RESUMO

O trabalho busca compreender o processo de valorização da Vila Planalto e seus impactos no cotidiano, no contexto do tombamento da área pelo Distrito Federal. Destaca-se no trabalho a história da Vila, levando em consideração desde a estrutura de acampamento até a estrutura atual, a partir da importância histórica local e dos participantes da construção de Brasília, os pioneiros. Serão abordadas questões sociais, como a de resistência no território, a preservação e o processo de patrimonialização. Este trabalho traz notas, também, juntamente às questões sociais, sobre a mudança estrutural ou física na área.

Palavras-chave: Vila Planalto. Tombamento. Pioneiros. Brasília. Valorização Espacial.

ABSTRACT

The work seeks to understand the process of valuing Vila Planalto and its impact on everyday life that led to the tipping area by Distrito Federal. Stands in the labor history of the Village, taking into account from the structure of the camp until the current structure from the local historical importance and participants of the construction of Brasília, the pioneers. Social issues will be addressed, such as resistance and linked to equity, such as the preservation and the heritage process. This work will also focus on social issues together, structural or physical change in the area.

Keywords: Vila Planalto. Tipping. Pioneers. Brasilia. Space recovery.

LISTA DE MAPAS E FOTOS

FOTOS

Imagem 1: imagem de construções do acampamento DFL da Vila Planalto. Foto do ARPDF, 1989.....	22
Imagem 2: Imagem de passeata pela preservação da Vila Planalto, Foto do ARPDF, 1989	26
Imagem 3: Imagem da carta de Leiliane de 1989, Foto cedida por Leiliane Rebouças, novembro de 2013.....	28
Imagem 4: Imagem da reportagem de jornal sobre a ação de Leiliane, Foto do Correio Brasiliense, 1982	29
Imagem 5: Imagem da paisagem do acampamento DFL, Foto do ARPDF, 1989	30
Imagem 6: Imagem da paisagem atual da Vila Planalto na área do acampamento DFL, Foto da autora, 12 de novembro de 2013	31
Imagem 7: Imagem de residência endereçada com estrutura de acampamento, Foto da autora, 12 de novembro de 2013	49
Imagem 8: Imagem da Igreja Nossa Senhora da Pompeia, Foto da Autora, 16 de novembro de 2013.....	51
Imagem 9: Imagem do posto administrativo do acampamento Rabelo, Foto da autora, 14 de novembro de 2013	54
Imagem 10: Imagem de habitação com padrão atual , Foto da autora, 23 de novembro de 2013	54
Imagem 11: Imagem de lote parcelado em apartamentos, Foto da Autora, 24 de novembro de 2013.....	55
Imagem 12: Imagem de prédio de quitenetes, Foto da autora, 12 de novembro de 2013	55
Imagem 13: Imagem de casas da Vila Planalto, Foto da autora, 12 de novembro de 2013.....	57
Imagem 14: Imagem da divisão dos acampamentos em 1989, Foto do ARPDF, adaptado pela autora em novembro de 2013	57

MAPAS

Mapa 1 Posição Geográfica da Vila Planalto – Fonte: Google Maps	20
Mapa 2 Poligonal de Tombamento e Poligonal de Tutela - Fonte: SEDUMA 2008	42
Mapa 3 Area Non Aedificanti atualmente - Fonte: Google Maps: organizado pela autora, 2013	56
Mapa 4 Divisao dos acampamentos em 2013, Fonte: Google Maps, organizado pela autora, novembro 2013	58

LISTA DE SIGLAS

ARPDF – Arquivo Publico do Distrito Federal

DIGEPHAC - Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

DODF - Diário Oficial do Distrito Federal

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

GDF - Governo do Distrito Federal

GEAP - Grupo Executivo para assentamento e preservação de Vila Planalto

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NECOIM - Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste

NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital

TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	13
1.2 Objetivo (s)	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Hipóteses.....	14
1.4 Procedimentos Metodológicos	15
1.4.1 Aporte Teórico e Metodológico	15
1.4.2 Metodologia de Pesquisa	15
1.5 Estrutura do Trabalho	18
2 NOTAS SOBRE A VILA PLANALTO: DE ACAMPAMENTO AO CONTEXTO DE BRASÍLIA.....	19
3 VILA PLANALTO: QUESTÕES SOBRE SUA PATRIMONIALIZAÇÃO.....	36
3.1 Vila Planalto e o Tombamento	40
4 A VALORAÇÃO E AS MUDANÇAS NO ESPAÇO DA VILA PLANALTO	47
4.1 A Pesquisa: percurso analítico pela essência patrimonial da Vila Planalto	47
4.1.1. A visão dos pioneiros e o contexto atual da Vila Planalto	49
4.1.2 Análise comparativa das mudanças físicas da Vila Planalto a partir de imagens	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	62
APÊNDICE	64

1 INTRODUÇÃO

A Vila Planalto, localizada na cidade de Brasília-DF e também em sua poligonal de tombamento, surgiu a partir da resistência da população que veio à Brasília para participar de sua construção. Durante muito tempo foi considerada uma área irregular de resistência e acampamentos. Com a resistência da população o território passou de assentamento para patrimônio do Distrito Federal, em 1988. O interesse pela Vila surge a partir do momento que se percebe que ela se consolidou de maneira diversificada em relação às outras áreas com pioneiros e candangos. A resistência levou à fixação da população, numa área ocupada por classes mais altas, por ser o centro da nova capital.

As principais características da área eram os acampamentos e habitações térreas construídas em madeira com pouca infraestrutura e vielas estreitas em sua maioria sem asfaltamento. Com o passar dos anos e o crescimento da população do Distrito Federal, a Vila passou a sofrer uma pressão imobiliária e valorização do seu espaço, de forma que as habitações receberam segundo e terceiro pavimentos e passando a ser de alvenaria; além disso, algumas vielas se tornaram ruas mais largas para atender melhor o trânsito da região.

Esse trabalho trata da consolidação do tombamento e das transformações ocorridas na Vila Planalto; busca evidenciar a situação atual da área tratada. Reconhece-se, desde já, as limitações que uma monografia apresenta no debate de tema tão complexo, que envolve valorização espacial e patrimonialização.

O capítulo 1 “Notas sobre a Vila Planalto: de acampamento ao contexto de Brasília” aborda o processo histórico da Vila, levando em consideração o cenário da construção de Brasília aliada à necessidade de mão-de-obra que trouxe os “pioneiros” que habitaram os primeiros acampamentos. Mostra a função de bastidor da Vila em relação à nova capital, tendo em sua composição social construtores, engenheiros, pedreiros e outros personagens importantes da construção que, em seguida, fez da área ilegal e excluída.

A Vila Planalto era vista pela população de Brasília como um local a parte, algumas vezes considerado á margem da sociedade no aspecto social, pois era uma área irregular composta por imigrantes de todas as partes do Brasil, principalmente do nordeste.

No capítulo 2 “Vila Planalto: questões sobre sua patrimonialização” é enfatizado o processo de fixação dos moradores na área, após a saída das construtoras que foram contratadas para edificar a nova capital; traz informações sobre o movimento social de permanência dos moradores e do tombamento.

Coloca em discussão o que é tombamento e a patrimonialização, levando em consideração a importância histórica da memória dos pioneiros, aqueles que participaram da construção da capital. Trata, a partir de Costa (2012), quais valores são atribuídos ao patrimônio, destacando aqueles que são mais importantes para o contexto da Vila Planalto. Reflete sobre a participação da sociedade no processo de tombamento e os problemas relacionados a esse processo, como o processo de enriquecimento da área.

Na segunda parte do capítulo, todo o contexto de tombamento se restringe à situação da Vila Planalto, com informações adquiridas a partir do acervo do Governo do Distrito Federal delimitasse as poligonais de Tombamento e Tutela da região, sendo possível, assim, saber qual área é o enfoque da discussão.

O capítulo 3 “ A valoração e as mudanças no espaço da Vila Planalto” traz, através de relatos de pioneiros, as mudanças sociais e estruturais, vistas no espaço da Vila Planalto e, para fomentar as informações coletadas, utiliza imagens e mapas atuais e antigos. Mostra também como o sentimento de pertencimento e valor histórico modifica junto com as outras mudanças comentadas anteriormente.

Desse modo, o trabalho relata, de forma objetiva, o processo passado pela Vila Planalto e seus moradores, num contexto histórico e estrutural que se inicia no fim da década de 1950 e perdura até atualmente, início do século XXI.

1.1 Justificativa

Os patrimônios, entendidos como símbolos da história de territórios materializados nas paisagens (COSTA, 2012), estão em constante ameaça não só por fatores naturais que deterioram os materiais, mas também por questões econômico-sociais que pressionam as estruturas urbanas.

A Vila Planalto não se diferencia dos demais patrimônios; desde seu tombamento, o território sofre ameaças às suas estruturas, principalmente no que se trata da pressão imobiliária na área.

O presente trabalho tem como justificativa a ampla necessidade de pensar aspectos relacionados a essas ameaças ao território tombado. A crescente urbanização e consequente macrocefalia urbana¹, em Brasília, são os grandes motivadores para iniciar esta pesquisa, já que ambos estão presentes nesta jovem Capital e são impactantes na estrutura da Vila Planalto. Além disso, vale ressaltar o valor de memória da área que foi durante muito tempo um bairro composto apenas por pioneiros, aqueles que vieram à Brasília com função de construir a nova capital. Com a modificação de sua estrutura social e física, a Vila também tem modificado seu valor memorial e histórico-geográfico, o que não deve ser negligenciado.

¹ Macrocefalia urbana é um fenômeno que consiste na existência de uma rede de centros urbanos muito desequilibrada em quantidade de população, num país, estado ou região, ou seja, uma rede onde há grandes cidades e faltam cidades de média dimensão.

1.2 Objetivo (s)

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o processo de valoração² do território da Vila Planalto, levando em consideração o contexto de seu surgimento e as transformações presentes com a atual Brasília patrimonializada, no início do século XXI.

1.2.2 Objetivos Específicos

- I. Resgatar os principais fatos da historia da Vila Planalto desde o período de acampamento até ao contexto Brasília no início do século XXI;
- II. Apresentar questões sobre a patrimonialização da Vila Planalto;
- III. Analisar os resultados das pesquisas e entrevistas feitas na Vila Planalto, com o auxílio de imagens e mapas, sobre a valoração e as mudanças no espaço geográfico.

1.3 Hipóteses

- a) A participação da população no processo de fixação e tombamento da Vila Planalto não foi para garantir a permanência da população;
- b) A patrimonialização não é amplamente reconhecida, logo os espaços da Vila Planalto se encontram em constante mudança, com pouco respeito ao estabelecido no tombamento;
- c) A Vila Planalto sofre constante ameaça devido à pressão imobiliária presente em Brasília.

² O termo *valoração* envolve desde economia até o valor simbólico impresso às coisas do mundo.

1.4 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Aporte Teórico e Metodológico

Existe uma série de trabalhos sobre a temática do tombamento da Vila Planalto, que está inserida na poligonal de tombamento do Plano Piloto, que se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade. São estudos que tentam identificar, caracterizar e diagnosticar as transformações em decorrência da urbanização e expansão das atividades econômicas. Estes trabalhos visam entender a formação e transformação da Vila Planalto, a crescente urbanização e também projeções para o futuro da área.

Primeiramente, para melhor entendimento do tema da pesquisa, é necessário compreender questões contemporâneas que envolvem bens patrimonializados, sendo a bibliografia básica necessária para este trabalho. A partir da análise do processo de contemplação de um bem como Patrimônio e da compreensão da consolidação da Vila Planalto, será possível construir argumentos para o desenvolvimento do trabalho.

Buscou-se bibliografia como cartilhas da UNESCO e do IPHAN, órgãos responsáveis por bens tombados, trabalhos científicos de Everaldo Batista Costa, Marília Peluso, Aldo Paviani, Christiane Coêlho e Sandra Ribeiro Barbosa, e do arquiteto Lúcio Costa, leituras iniciais necessárias já que estes possuem obras relacionadas ao tema.

O desafio do levantamento bibliográfico está na busca por aparatos teóricos que discutam sobre o tema a ser elaborado neste trabalho, permitindo a confecção de uma monografia valor geográfico. Cabe lembrar que o debate sobre o patrimônio cultural, na Geografia, é incipiente (últimos 15 anos, com maior profundidade); são poucos os grupos de pesquisa, hoje, no Brasil, voltado à discussão.

1.4.2 Metodologia de Pesquisa

A adoção de procedimentos metodológicos é essencial para o desenvolvimento da pesquisa, pois está ligado à delimitação do que se busca na confecção do trabalho, além de representar o momento em que se demonstra como a problemática será

abordada, sobretudo, empiricamente. Destaca-se ainda que os procedimentos metodológicos são vitais para uma maior organização e “controle” da pesquisa.

Considerando que essa pesquisa busca a analisar como o processo de valorização espacial reconfigura o cenário do tombamento de Vila Planalto, é extremamente necessário o entendimento e definição de certas características dessa área, que, no entanto, são particulares e únicas. Ou seja, há um alinhamento da pesquisa com a Geografia Urbana e Aplicada ao Planejamento, conseqüentemente é exigido um maior detalhamento e profundidade das características das diretrizes da Lei de Tombamento da área e as formas de uso do território tombado. Haverá uma abordagem das conseqüências do processo de valorização do espaço na Vila Planalto devido à pressão imobiliária e outros fatores que modificam os usos de um espaço. Destaca-se ainda que a análise da dicotomia existente entre a preservação e mercantilização, que geram a problemática do respeito ao território tombado.

Primeiramente, foi necessário um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, em livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em bibliotecas e na Internet. Houve também pesquisa documental, estatística e de dados primários. Com isso, objetivou-se a construção de uma base de dados para a iniciação do trabalho e a efetivação de um embasamento teórico a respeito da temática. Inicialmente, buscou-se trabalhos que caracterizavam o surgimento e tombamento da Vila Planalto.

O próximo momento foi de coleta de dados, e destacou-se que a pesquisa necessitaria de dados empíricos por meio de saída de campo nas áreas que contenham possíveis problemas na preservação da área tombada. O próximo passo da pesquisa consistiu em observar o espaço e em seguida analisar imagens do passado para a comparação com a situação estrutural atual. Essa etapa foi acompanhada de entrevistas semiestruturadas, elaborada posteriormente, com os moradores locais e considerados pioneiros.

A coleta de dados também foi realizada em órgãos como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) buscando dados relacionados ao tombamento de Brasília, da Vila Planalto e de outros patrimônios, para obtenção de dados sobre as diretrizes relacionadas.

Todos os dados levantados, acompanhados de análise relacionada à bibliografia do trabalho, irão ajudar na interpretação e na resposta à pergunta norteadora da pesquisa (objeto), além disso, haverá maior possibilidade de identificar e analisar quais são as principais mudanças ocorridas no uso do espaço da Vila Planalto.

1.5 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo contém as principais informações sobre o espaço a ser trabalhado, a Vila Planalto, destacando os dados relacionados ao contexto de acampamento até a presente situação relacionada com Brasília.

O segundo capítulo coloca em pauta as questões relacionadas a patrimonialização e o tombamento da Vila Planalto, levando em consideração a participação da população em todo processo.

O terceiro capítulo contextualiza a situação atual da Vila Planalto com o processo de mudança espacial relacionada a valoração da área, com base na pesquisa de campo feita para análise desse fenômeno.

O quarto e último capítulo apresenta as considerações finais do trabalho.

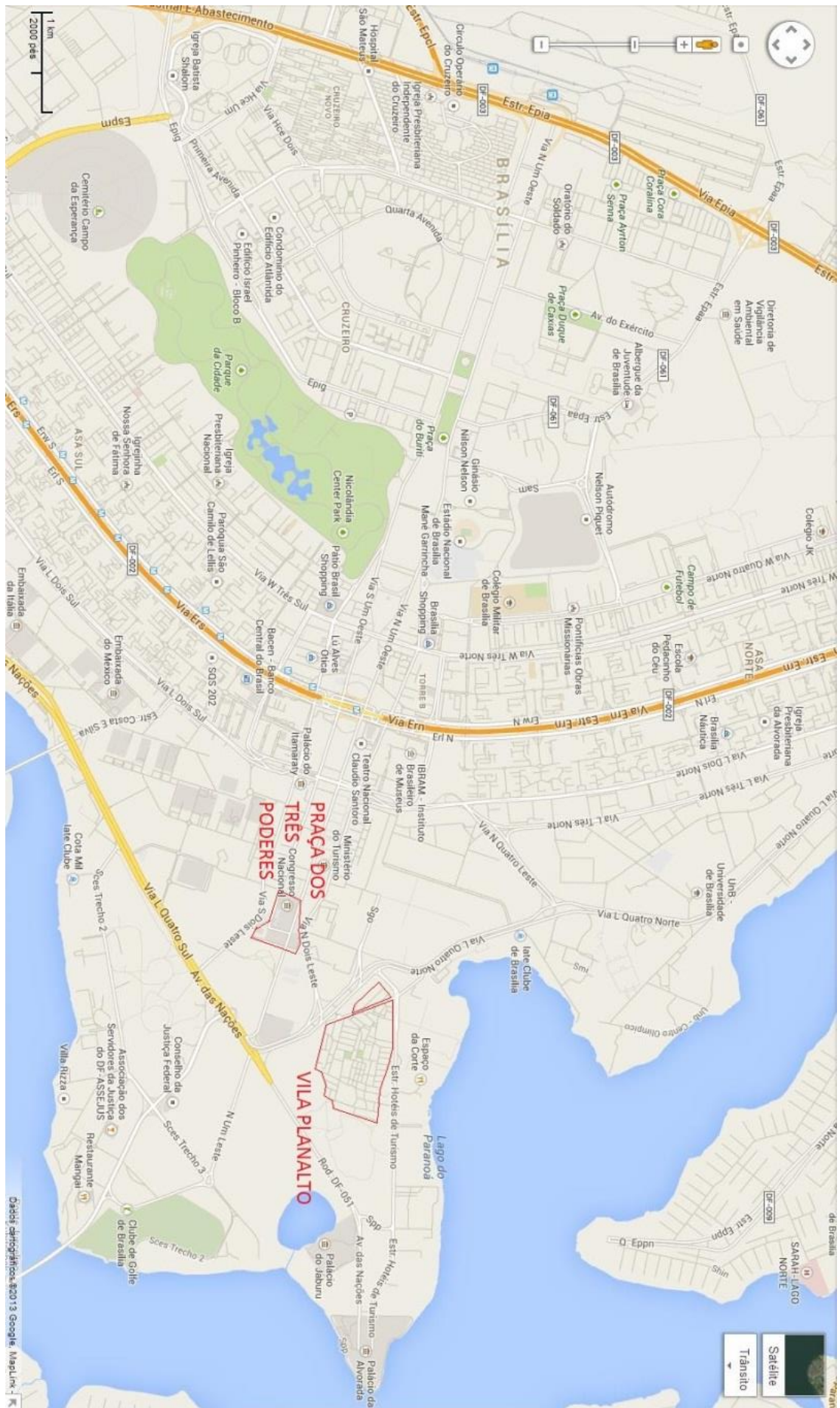
2 NOTAS SOBRE A VILA PLANALTO: DE ACAMPAMENTO AO CONTEXTO DE BRASÍLIA

Brasília, a capital da República Federativa do Brasil, localizada no território do Distrito Federal, começou a ser construída em 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, com o apoio da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), na intenção de ser a 3ª capital do Brasil. Ocorreria a transferência dos principais órgãos da administração federal para a nova capital, com a mudança das sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federais.

A partir desse momento, trabalhadores sem emprego buscando melhoria de vida dirigiram-se para o canteiro de obras da nova capital. Eram esses os candangos ou pioneiros, denominação própria dos construtores da capital. Esses se instalavam em alojamentos das construtoras próximos às obras, sob vigilância das empresas que os empregavam. Brasília teve um papel de cidade frente pioneira (SOUZA, 1996), exercendo forte atração sobre as correntes migratórias em busca de um mercado de trabalho volumoso e estável.

O ser “pioneiro” passou a ser reconhecido como um valor, criando uma hierarquização interna baseada no tempo de permanência local, de forma extra-classe, associada a participação na construção da cidade (COELHO, 2011). Portanto, esses que se originaram na área passaram a fazer reivindicação por seus direitos, pois envolvidos com o espaço e por darem sua contribuição na edificação da nova capital.

A Vila Planalto surge em 1957, com os pioneiros, que se instalaram na área próxima à atual Praça dos Três Poderes, Palácio da Alvorada e Palácio do Planalto, uma região central do Plano Piloto (Mapa 1). A Vila foi uma das formas improvisadas de fixação das famílias imigrantes, foi uma alternativa imediata e sem qualquer planejamento por parte da Novacap.



Mapa 1 Posição Geográfica da Vila Planalto – Fonte: Google Maps

Desde sua construção, Brasília possuía o problema relacionado à moradia. Foram criadas, pelas companhias de construção civil, dezenas de assentamentos para instalar os funcionários da construção da capital. As construções eram todas em madeira, sem possibilidades legais de crescimento. Uma forte heterogeneidade social era presente em Vila Planalto, o espaço era diferenciado segundo a classe social, a profissão e o estado civil.

Brasília foi planejada a partir de uma lógica segregacionista e de periferização, na qual o seu centro deveria ser elitizado e sua periferia não. A urbanização de Brasília contém uma contradição entre o planejamento urbano e a construção injusta do espaço (PAVIANI, 1996).

O início da construção de Brasília fez os habitantes de Vila Planalto coabitarem com diferentes classes sociais, o que exerceu influência na forma de estruturação do espaço, visível até a atualidade, no qual os blocos de casa eram construídos de acordo com a função da pessoa que moraria lá. Ou seja, casas maiores eram voltadas para os engenheiros, enquanto os pedreiros ficavam em barracos de madeira. Os desafios das relações entre classes, em termos locais, se refletiam nas transformações no espaço, em que a sobrevivência da população mais vulnerável economicamente no bairro era ao mesmo tempo incerta e um desafio.

Quando Brasília foi inaugurada, as construtoras saíram do território da capital e retiraram toda a infraestrutura aplicada na área do assentamento da Vila Planalto, o local se tornou uma espécie de “no-mans land”. Por ser provisória, a Vila Planalto foi considerada cada vez mais clandestina no contexto da inauguração. A cidade persistiu como polo de atração permanente de novas migrações. Na falta de uma política habitacional explícita, surgiram mecanismos de acomodação evidenciados pelo contrato entre o Plano Piloto e as cidades-satélites. Cidade-satélite é uma designação usada para se referir a centros urbanos surgidos nos arredores de uma cidade maior, tipicamente construídos para trazer algum benefício socioeconômico para a região onde se encontram. No caso de Brasília, essas foram construídas para abrigar os trabalhadores da construção da nova capital.

A Vila Planalto se mostrou um reduto de pioneiros que construíram Brasília. Ela foi criada em 1957, quando o engenheiro Pery da Rocha França decidiu o local onde seriam instalados os primeiros acampamentos das construtoras que construiriam a nova

capital. O local escolhido pelo engenheiro foi perto do centro de poder da nova capital, onde ficariam os palácios e ministérios, pois de acordo o planejamento a área não teria nenhuma edificação até a inauguração de Brasília e, também porque se localizava próximo à área de obras que seriam construídas. Assim, a Vila foi erguida em madeira (Imagem 1) - para ser demolida logo que Brasília fosse inaugurada - e as primeiras construtoras a erguer os acampamentos dos operários e engenheiros foram a Rabello e a Pacheco Fernandes, que construíram respectivamente o Palácio da Alvorada e o primeiro hotel da cidade: o Brasília Palace. Até a inauguração de Brasília, se instalaram na Vila Planalto 22 acampamentos (SEDUMA, 2008).

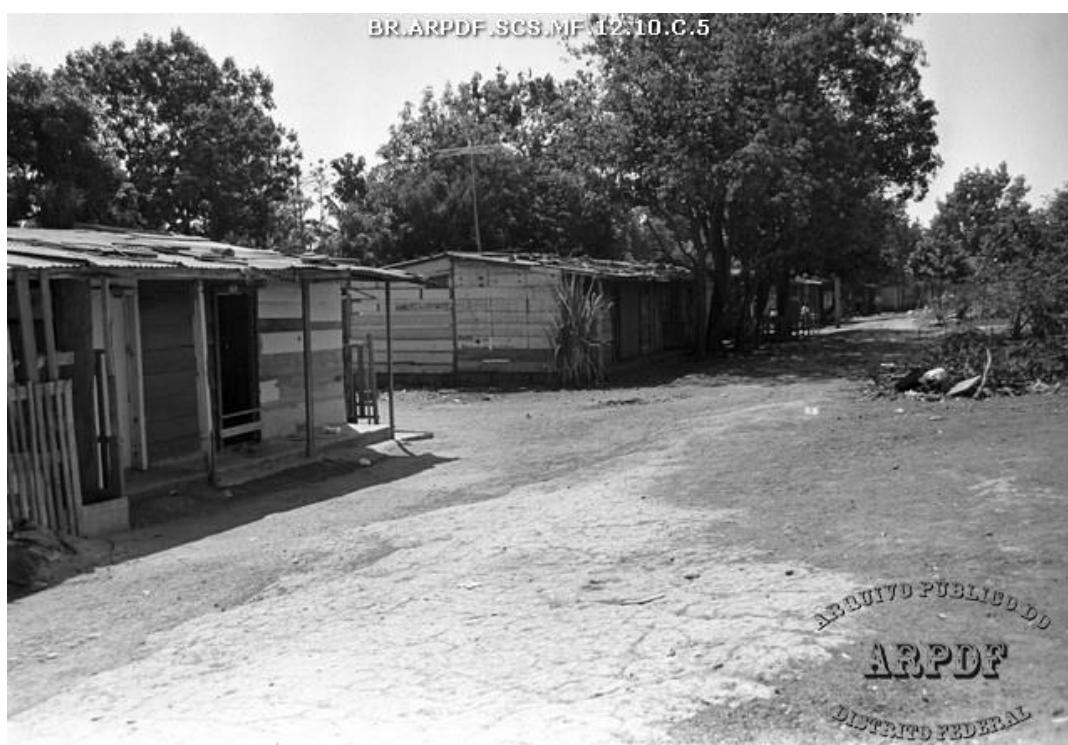


Imagem 1: imagem de construções em madeira de construções do acampamento DFL da Vila Planalto. Foto do ARPDF, 1989

Além dos acampamentos da Rabelo e da Pacheco Fernandes, contribuíram para a formação da Vila Planalto os acampamentos dos Mineiros, do Tamboril e das seguintes companhias: Adil, Atlas, Consispa, CVB, DFL, DTUI, EBE, Ecisa, Emulpress, ESOL, Nacional, Pederneiras, Planalto, Telebrás, WSK, entre outras. Após o término das obras de construção da cidade, as empresas desativaram seus escritórios, sendo demolida a maioria dos acampamentos e parte da população foi transferida para as cidades satélites que já haviam sido criadas (SEDUMA, 2008)

A exclusão social combinada com a fragilidade do espaço público e a crescente adesão de um modelo econômico capitalista excludente, resultou no agravamento das condições de vida da maior parte da população brasileira, levando a uma segregação social, quase que um “apartheid social” como analisou (BUARQUE, 1990) . As construções de madeira refletiam o caráter provisório e periférico desse núcleo urbano, pois era visivelmente inferior ao modelo de construção modernista adotado em Brasília, ou seja, o material utilizado nas construções evidenciavam as diferenças sociais presentes.

Havia uma atitude tolerante das autoridades governamentais diante do processo de favelização crescente no Distrito Federal. De fato, os limites eram dados pela possibilidade de ameaça à ordem pública local, e a atitude dos seus representantes parecia condizer com a ordem máxima: construir a nova capital a todo custo, a todo preço, dentro do prazo marcado para a inauguração (EPSTEIN, 1973). Dessa forma, enquanto os pontos de crescente favelização não geravam problemas sociais e eram necessários para a construção, eles eram mantidos em sua área de consolidação, quando ocorria o contrário, eram expulsos.

Observava-se na Vila que, apesar de ser provisório, o núcleo era um dos centros da vida social dos início de Brasília. Havia uma vida comunitária apoiada nos interesses comuns dos habitantes, esses que se caracterizavam como “pioneiros”, o que acabou resultando no movimento de fixação e urbanização. A população, devido a sua união, reivindicava seu direito de morar e direito aos bens e serviços essenciais como infraestrutura.

O fato de a Vila Planalto ter uma origem distinta das favelas facilitou o trato com as autoridades, pois sua inscrição no espaço urbano tinha sido, ainda que em termos provisórios, determinada pelo próprio governo local (ZARUR, 1996). Apesar das dificuldades, surgiram algumas lideranças na região, sendo essas ocasionais, que organizavam mutirões de limpeza, festas e outros eventos, foram os primeiros sinais da luta pela permanência ou de resistência.

O controle que as construtoras exerciam sobre os peões de obra fazia com que esses, teoricamente livres, não pudessem escolher nem emprego nem moradia, vivendo em situação servil, na qual o empregador controlava suas ações até fora do contexto de trabalho, como lazer e alimentação.

A presença dos acampamentos exigia um setor terciário, que forneceria serviços básicos, como lazer, transporte e outros, a fim de suprir as demandas econômicas da região. Muitas vezes, a falta de opção do que fazer nos períodos de folga levava esses trabalhadores a fazerem horas extras. Assim, a Vila Planalto se mostrou um local propício para a intensa exploração do trabalho de seus ocupantes. E não somente essa Vila, como atestam Costa e Peluso (2013), os diversos acampamentos originados da construção da Capital deram origem, inicialmente, a cidades-satélites como Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), Ceilândia e Taguatinga, todas em um contexto de exploração do candango. Conforme os autores,

O governo tentou romper com a história brasileira, tentou negar a ordem vigorante que se expressou sim na Brasília construída. Estimular chegada de mão-de-obra diversa do grande país para erigir a capital, mas fazer uso da força ou do poder para remover esses trabalhadores da cidade construída foi a saída que, em verdade, reafirmou a história da formação territorial e da urbanização brasileiras (COSTA; PELUSO, 2013, p.06)

A população se encontrava em uma situação de vulnerabilidade cada vez maior, o espaço se reproduzia em um contexto de falta de estrutura de oportunidades e resistência da população local. A ilegalidade da ocupação de Vila Planalto tornou-se cada vez mais acentuada, contribuindo para a formação de uma imagem negativa desse local, vigente até o momento de sua regularização e reconhecimento como patrimônio do Distrito Federal em 1988.

No projeto houve um reconhecimento da presença dos excluídos, por isso foram pensadas as cidades satélites, que seriam construídas assim que Brasília passassem dos 700 mil habitantes, aproximadamente (COSTA, 1973). Apesar da aparente solução para os “invasores” instalados na Vila Planalto, a mudança para uma cidade-satélite representava somente uma mudança da posição geográfica de sua condição de excluídos. A transferência dessa população para uma área isolada, sem infraestrutura básica nem rede de serviços urbanos disponíveis era uma façanha não muito agradável à maioria. Os diferentes relatos citados por Costa e Peluso (2013) mostram desde os problemas da ocupação dessas áreas até a violência com a qual era conduzida a transferência ou violência na relação Estado-pioneiros,

Em meados de 1956, nós estávamos fazendo um açude, por nome de Açude do Araras, no Ceará. Quando nós vínhamos da construção do açude para a cidade do Ipu, um colega meu me falou: ‘eu vou embora é

para Brasília, o Dr. Juscelino está construindo Brasília e lá a gente vai juntar dinheiro de rodo'. Isto me entusiasmou, em dezembro de 56 eu peguei um pau-de-arara na cidade de Ipu, levamos 29 dias para chegar em Brasília [...] no outro dia eu segui para o Plano Piloto, fui trabalhar na fundação do Ministério da Aeronáutica cavando buraco [...] em 1962 eu abri uma oficina na Cidade Livre [...] Torneadora Fortaleza... Porque o Dr. Juscelino [...] queria que viessem pessoas para construir Brasília, que trabalhasse de dia e de noite para poder dar tempo [...] então o povo chegava aqui, era como se fosse um garimpo, ninguém pagava imposto, muita morte [...] morria muita gente, todo mundo andava armado. Em 1958 houve uma chacina, Construtora Pacheco Fernandes Dantas, perto do Palácio da Alvorada, por questão de uma briga entre duas pessoas, um matou o outro e foram dormir, quando foi 11 horas da noite chegou o choque da polícia metralhou o alojamento todo [...] (Entrevista de Carlito Rodrigues – Pioneiro, APDF, cad. pesq. 9, p. 18) (COSTA; PELUSO, 2013, p. 14).

Nesse cenário, o distrito adquiriu um perfil sócioespacial segmentado e segregado: de um lado o “espaço dado”, onde predomina o controle, e de outro o “espaço conquistado” (SOUZA, 1996), fruto dos movimentos das classes populares por melhores condições de moradia.

Nessa lógica do planejamento urbano se contraponto à periferação, surgiram inúmeros movimentos revoltosos que reivindicavam o mínimo de atendimento às necessidades da população que não recebia nenhum benefício social por estar nessa área provisória. A ameaça ao sucesso do plano criado por Lucio Costa, que descrevia um centro elitizado e funcionalista, pelo cenário de precariedade e desigualdade dos barracos precisava ser resolvida. Para tal, as autoridades estavam dispostas a expulsar todos aqueles grupos sociais que prejudicassem a monumentalidade da nova capital federal.

Surgiram fiscalizações feitas pelo governo para garantir que a Vila não evidenciasse seu caráter inconsistente com resto de Brasília, porém ela foi se tornando cada vez mais bucólica e menos monumental. A forma regular e larga das ruas alterou-se e aparecem becos à medida que a fiscalização enfraqueceu, as pequenas residências construídas em madeira foram trocadas por residências de alvenaria. Aos poucos, a área metamorfoseou o seu cenário ou paisagem original.

Assim, após 1960, o governo usou todo o seu poder de coerção para expulsar os moradores da Vila Planalto, mas, como a cidade ainda não estava completamente construída e havia a necessidade da mão de obra ali instalada, a Vila permaneceu onde

estava. Uma das construções provisórias que resistiram às demolições realizadas depois que a capital foi inaugurada deu origem à Vila Planalto.

Apesar de após a inauguração algumas construtoras terem saído da Capital, o GDF (Governo do Distrito Federal) continuou fiscalizando a Vila, para evitar que ocorresse a autonomia dos acampamentos, provocando seu “encolhimento” progressivo.

A construção injusta do espaço gerou excluídos desde o início, assim, a história da cidade passa a ser paralela à história de conquista do espaço através de seus construtores que buscavam seu direito de morar. Surgiram uma serie de passeatas reivindicando a fixação e preservação da vila. A bibliografia pesquisada para esta monografia indica que foram muitos os movimentos pró-fixação no DF, após a inauguração da capital. Costa e Peluso (2013) relatam a estratégia da Vila Sara Kubitschek, que assim se denominou pela possibilidade de minimizar os choques com o próprio governo, quando deu o nome do acampamento em homenagem à primeira dama.³



Imagem 2: Imagem de passeata pela preservação da Vila Planalto, Foto do ARPDF, 1989

³ “Primeiro, os favelados escolheram para o assentamento o nome da mulher do presidente, esperando que a Novacap hesitasse em atacar uma vila dedicada à primeira dama. Na sequência, propalaram o rumor de que, “por ordem de dona Sara”, quem quer que cercasse um terreno na vila ganharia direitos legais a ocupa-lo; daí o panfleto “os moradores agradecem, dona Sara”, por supostamente ter autorizado a favela e a distribuição dos terrenos. Essa estratégia desestabilizou a Novacap, pois o lugar foi ocupado por grande quantidade de pioneiros da Cidade Livre, dos acampamentos da construção, e de outras favelas, todos a procura de seu lote; as forças de segurança não tinham meios de reação, lembra James Holston; ou seja, levantavam símbolos do governo contra o próprio governo; entendiam que a guarda resistiria em marchar contra elementos protegidos pela primeira dama” (COSTA; PELUSO, 2013, p. 17).

A participação política em Vila Planalto teve seu apogeu em 1980, momento de redemocratização da sociedade brasileira, após o período militar. A institucionalização da participação política começou em 1982, ano da formação da Associação de Moradores. Em 1986, o “Grupo das Dez”, grupo que foi criado por mulheres pioneiras da Vila Planalto e que reivindicava fixação da Vila onde está hoje, pede à José Sarney, presidente da época, a fixação dos moradores da Vila Planalto, junto ao governo do GDF, a partir de uma carta escrita por Leiliane Rebouças, filha de uma dessas mulheres.

Leiliane afirma ter tomado a iniciativa de entregar a carta após assistir a várias reuniões do grupo – pois sua mãe não tinha com quem deixa-la e levava a filha – que discutia religião e também os problemas relacionados a irregularidade do espaço. Ela conta que numa sexta-feira, em frente ao Palácio do Planalto, quando Jose Sarney passava de carro, furou o cordão de isolamento e entregou-lhe a seguinte carta:

Leiliane Lust
Setor de Hab. Planalto
1 - 4 - 1989

Nasci na Vila Planalto, meu pai
igual a muitos outros, que aqui nasceu
estas nesse acampamento, desde o inicio
de Brasília.

Esse é um acampamento, pioneiro
onde todos aqui, tem sua história,
formando assim, a história viva desta
cidade.

Sr. Presidente, estamos todos unidos
numa luta constante, para que, não nos
retire desse acampamento.

Dizem os órgãos competentes, que o
nosso acamp. faz parte de uma ~~area nobre~~
e sendo ~~usado~~ nos não temos vez.

Mas o que enobrecer, a esta area,
somos nos, as familias que aqui residem
a muitos anos. Que trabalharam, sofreram
que, ainda continuam sofrendo, morando
em miseros barracos, sem o minimo confort
com esgotos esconendo em suas portas,
enfrentando todas as dificuldades.

Eu sou criança, mas eu vejo e sinto
os problemas desta vila.

Eu queria pedir ao Sr. em meu
nome, e de todas as crianças da Vila
Planalto. Por favor Sr. Presidente, nos da
a fixação, da Vila Planalto, com direitos
-quis Será a maior felicidade para
todos nos.

Me perdoei tomar seu tempo

Obrigado

Leiliane

Imagem 3: Imagem da carta de Leiliane de 1989, Foto cedida por Leiliane Rebouças, novembro de 2013

A ação de Leiliane, na época com dez anos de idade, repercutiu no país inteiro, estampando varias manchetes de jornais.



Imagem 4: Imagem da reportagem de jornal sobre a ação de Leiliane, Foto do Correio Brasiliense, 1982

A carta de Leiliane foi importante para o processo de fixação da população, ao ser entregue ao presidente José Sarney deu visibilidade à área e às necessidades da população. A reportagem mostra que o gesto da entrega da carta foi a forma mais eficaz de fazer com que as reivindicações da população fossem ouvidas e a principal delas, fixação da população, atendida.

Em 1988, ocorre a fixação da Vila por meio do decreto 11.079 de 21 de abril. O decreto fornece a concessão de uso do solo por 25 anos, podendo ser prorrogado por

mais 25. Devido a não promulgação da Constituição, esse foi o único meio “possível” de ser utilizado naquele momento.

Por conta da alta especulação imobiliária existente na região, com o tempo, a vila foi se descaracterizando e ganhando um perfil mais semelhante a um bairro de classe média. Muitas casas desocupadas pelos donos das empreiteiras e seus engenheiros foram ocupadas por funcionários públicos à espera de apartamentos e casas funcionais nas superquadras. Assim, mais tarde, esses funcionários públicos de alto escalão também foram responsáveis pela permanência da Vila, usando de sua influência política junto ao governo. As características do espaço alteram-se, modificando a vida de quem o habitava. As distinções de renda ampliaram-se e eram perceptíveis.



Imagem 5: Imagem da paisagem do acampamento DFL após a saída da construtora, Foto do ARPDF, 1989



Imagem 6: Imagem da paisagem atual da Vila Planalto na área do acampamento DFL, Foto da autora, 12 de novembro de 2013

As imagens 5 e 6 mostram, restritamente, as mudanças que evidenciam a descaracterização da Vila Planalto, a pista de barro e as casas de madeira foram trocadas por pista com asfalto e casas de alvenaria cercadas por muros. As principais características de acampamento se perderam.

Essa ocupação nova enfraqueceu as relações vigentes durante a construção, porém os antigos operários começaram a fazer alianças com os novos moradores, para driblar o controle da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), que objetivava evitar o crescimento do número de casas e o aumento da população pobre. Apareceu uma nova distribuição das edificações, o espaço se tornava heterogêneo, as áreas mais pobres eram envolvidas pela vegetação ou pelas áreas mais ricas. O caráter segregacionista da cidade decorria dos princípios de projeto e de planejamento autoritário que lhe foi imposto.

Os mecanismos de sobrevivência da Vila Planalto caracterizaram-se, inicialmente, por uma resistência passiva (ZARUR, 1996). Os moradores simplesmente permaneciam nas casas, recusavam-se a abandoná-las nos prazos estipulados pela Novacap, buscavam apoio dos fiscais e dos responsáveis para protelar ao máximo sua transferência, exigiam emprego nos órgãos do governo local ou algum tipo de

contrapartida, como, por exemplo, levar consigo a casa quando obtinham um lote nas cidades-satélites. A resistência à remoção foi surgindo à medida que o restante da cidade foi se consolidando.

A candidatura de Brasília para a lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco antecedeu o tombamento da cidade, tanto no plano estadual quanto no federal. Em 1986, o então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, encaminhou a candidatura de Brasília junto à UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) a partir de um dossiê. Em 1987, a inscrição de Brasília como patrimônio mundial foi aprovada, a UNESCO recomendou a criação de uma legislação que garantisse a preservação da cidade. Ao discutirem a gestão do Patrimônio Mundial no Brasil Central, Costa e Steinke (2012) informam que Brasília torna-se bem da humanidade sob os critérios i e iv da UNESCO, ou seja, por representar obra-prima do gênio criativo humano (i) e exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra estágio significativo na história da humanidade (iv). É nesse amplo contexto que, em 1988 a Vila Planalto é tombada pelo Distrito Federal.

Apesar de o acampamento ter sido construído dentro dos preceitos modernistas que Brasília possuía um grande contraste entre a Vila e o Plano Piloto. Modernismo este bastante influenciado pela Revolução Industrial que trazia consigo a utilização de vidro, concreto armado e estruturas de ferro. Para seguir essa lógica modernista, os acampamentos reinterpretavam os preceitos na utilização da madeira, ou seja, a aparência era modernista porém o material utilizado era tradicional, o que fez com que a Vila se tornasse um relevante testemunho da época.

Mesmo com o tombamento, a Vila foi se tornando cada vez mais bucólica e menos monumental. A forma regular e larga das ruas alterou-se e aparecem becos à medida que a fiscalização enfraqueceu. Algumas casas sofreram reformas e acréscimos, ao mesmo tempo em que outras edificações foram demolidas, ampliando assim tanto os terrenos baldios internos quanto aqueles entre os acampamentos.

Os alojamentos coletivos, as edificações mais comuns durante a construção, hoje são mais raras. Apesar de terem abrigado a parcela mais numerosa dos construtores da cidade, foram aos poucos sendo destruídos. Porém, as relações sociais de proximidade,

de amizade e de vizinhança criaram mecanismos populares de controle para se contrapor à fiscalização.

A Vila representava uma “poluição visual” que contrastava com o modernismo da nova Capital, havia um esforço de se ocultar a gradativa deterioração do núcleo, principalmente na área central onde havia mais densidade construtiva. Alguns fatos foram percebidos: o progressivo encolhimento da Vila devida à destruição de casas comandada pela Terracap; o crescimento vegetativo contínuo causado por movimentos migratórios; a proibição da construção de novas habitações; e o empobrecimento progressivo da população que sofria com as crises.

Para não agredir a paisagem de Brasília, as melhores casas passaram a emoldurar a parte externa da Vila encobrendo habitações pequenas e super lotadas e os poucos alojamentos coletivos transformados em cortiços. Árvores frondosas foram cultivadas nos quintais e nas ruas para quebrar parcialmente a visibilidade da Vila. Mostrando que “a memória é manipulada para formalizar tradições inventadas que, por vezes, não correspondem à totalidade da existência social” (COSTA, 2012, pg. 06), ou seja, criam-se estruturas para modificar o que de fato ocorre, fazendo com que a interpretação de pessoas externas à realidade local tenha um caráter diferenciado.

O governo do Distrito Federal precisou, então, preparar uma legislação que protegesse Brasília e sua história. O tombamento local aconteceu por meio do decreto 10.829, elaborado pelo arquiteto Ítalo Campofiorito. Dentre os estudos utilizados no dossiê que instruiu candidatura de Brasília para a lista de Patrimônio da Humanidade, destaca-se o do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal - que ficou conhecido como GT Brasília. O grupo contou com a participação da UnB (Universidade de Brasília), do Governo do Distrito Federal e da Fundação Nacional Pró-Memória. Essas instituições realizaram um inventário sobre Brasília, não só do Plano Piloto e de sua história recente como capital federal: a história das fazendas antigas e das cidades coloniais que existiram na região também foi levantada, assim como a dos acampamentos de obras. Brasília foi reconhecida como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO em 1987, tombada como patrimônio histórico federal em 1990 e pelo Governo do Distrito Federal em 1991.

O tombamento da Vila Planalto fez com que a população não pudesse ser expulsa do local, criou uma blindagem em relação à isso para os pioneiros. Os moradores não se tornaram proprietários dos imóveis que moravam porém adquiriram a concessão de uso, que apesar de gerar restrições, foi uma forma de manter a população protegida e fixada. Dessa maneira, a valoração espacial e a exigência de rendas mais altas para se viver próximo ao centro de Brasília foram menos impactantes para a população local.

Os pioneiros tiveram seu papel reconhecido e a garantia de moradia em um local que atualmente não seria possível sua fixação, pois o IPHAN, órgão responsável pelo tombamento e um dos agentes da patrimonialização, considera também o caráter antropológico da área, pois os custos sociais da perda de identidade são altos tanto para indivíduos quanto para lugares. Depois da garantia de fixação e moradia, o “Pioneiro” passou a ter força na história brasiliense como símbolo de resistência. Dessa forma esses trabalhadores foram reconhecidos e sua luta pela continuidade da Vila Planalto se tornou mais constante e importante.

Em 1994, o GEAP (Grupo Executivo para assentamento e preservação de Vila Planalto) encaminhou uma minuta de concessão de uso do solo para a Terracap, para que o governador da época pudesse homologar o direito dos moradores. Mas sem o registro dos lotes em cartório a homologação não pode ser feita. Dois anos depois houve alguns registros em cartório, porém a homologação não foi feita e o processo foi arquivado em 1998. Com o fim do tempo determinado pelo decreto 11.079, o território da Vila pôde voltar ao poder do GDF, desde então a regulamentação da área tem sido usada como moeda de troca eleitoral. Os governantes ao se candidatarem prometem a legalidade da área e quando eleitos abandonam o projeto. Por isso, a população vive numa situação de incerteza em relação a oficialidade de suas residências.

A Vila Planalto é, atualmente, composta por quatro acampamentos remanescentes: Rabelo, Pacheco Fernandes, DFL e Tamboril. É considerada como núcleo urbano mais íntegro e característico da época da construção de Brasília e de reconhecido valor histórico no processo de ocupação do território do Distrito Federal. O bairro atualmente apresenta problemas mais notórios como: a ausência de documentos relativos aos terrenos locais ou lotes (regularização fundiária), que não mobilizam tanto a população quanto a fixação mobilizou; também aparece como questão problema a

especulação imobiliária, bem como as transformações paisagísticas desse patrimônio cultural dos mais importantes do Distrito Federal Brasileiro. Como diz Costa e Peluso (2013, p. 27), “essa leitura merece aprofundamento em respeito à história dos territórios candangos, pois seus protagonistas vão se diluindo, tornando-se menos presentes no próprio território e mesmo nas memórias, na medida em que os pioneiros são substituídos pelos novos imigrantes, eles próprios com suas histórias”.

3 VILA PLANALTO: QUESTÕES SOBRE SUA PATRIMONIALIZAÇÃO

Antes de falar da questão patrimonial da Vila Planalto, é necessário entender o que se trata o tombamento.

Tombar significa proteger, preservar, reconhecer a importância do patrimônio pelo valor histórico, cultural, artístico, arqueológico, arquitetônico, etnográfico, paisagístico, natural, ambiental, bibliográfico e/ou afetivo, para a população, região que o abriga ou para o Brasil. O tombamento é um ato administrativo, realizado pelo Poder Público, por meio de legislação específica, com o objetivo de impedir que o patrimônio venha a ser descaracterizado ou destruído. O tombamento pode ser feito pela União, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal. A Secretaria de Estado de Cultura, por meio da Diretoria de Gestão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DIGEPHAC), é o órgão do GDF competente para instruir o processo e atuar em todas as etapas que antecedem à assinatura do ato de tombamento pelo Governador do Distrito Federal (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2009, p.01)

Os tombamentos federais são responsabilidade do IPHAN e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. O tombamento da Vila Planalto foi responsabilidade do GDF, por estar em âmbito distrital. O tombamento incide sobre os bens materiais do patrimônio cultural, sejam eles móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos, cinematográficos, móveis (móvelia), utensílios, obras de arte; ou imóveis – unidades urbanas (cidades, traçados urbanos, ruas e praças), edificações, monumentos naturais e paisagísticos (biomas, formações geológicas, nascentes e bacias hidrográficas) e sítios arqueológicos (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2009).

O patrimônio é o símbolo da história de territórios materializados nas paisagens, ou seja, os patrimônios surgem com função de preservar memórias locais de uma população que construiu o espaço. São considerados “irreplacáveis objetos mundiais” (SANCHEZ, 2003). Dessa forma, são considerados únicos e sem condições de serem refeitos em caso de destruição total ou dano de grande escala, quando se trata de cidades e grandes espaços urbanos simbólicos para os diferentes níveis, estratos ou origens populacionais. O patrimônio, geralmente, guarda uma genuinidade histórica e geográfica.

Os valores dos patrimônios podem ser atribuídos a partir de quatro categorias, segundo Costa (2012, p.19), fundamentado em Meneses (1996):

Valores cognitivos (bens como suporte do conhecimento histórico); valores formais (propriedades físicas dos objetos – técnicas arquitetônicas); valores afetivos e pragmáticos (resultam da relação afetiva que os grupos têm com os objetos e o valor de uso que esses objetos tenham, independente de seu valor cognitivo ou forma, representa um sentido e um significado social para determinados grupos).

Os dois últimos fatores, *afetivos* e *pragmáticos*, são mais difíceis de serem aceitos pelo Estado devido ao seu caráter democrático, ao que parece. Logo, a Vila Planalto foi um tombamento de difícil aceitação para o Governo Federal, pois mesmo reconhecendo a diversidade do grupo social ali instalado a cultura e a identidade desse povo, o Governo tinha consciência de que o local era ideal para a construção de um bairro voltado para classe mais alta. Dessa forma, o Governo se via no impasse de manter o grupo identitário e histórico no local ou expulsa-los para transformar o espaço em uma área mais rica.

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade (GONÇALVES, 2003), podendo esse patrimônio ser de natureza ideológica, moral, política e natural, simbolizam a apropriação, a espacialização e/ou organização de espaços urbanos, no decorrer da história. Dessa forma, os participantes da construção do patrimônio se sentem donos dele.

Costa (2012) afirma que a noção de patrimônio, desde a sua origem, continua sendo aquilo que pertence a alguém, individual ou coletivamente, considerando-se o pertencimento ao grupo na construção identitário do local ou na configuração estrutural do espaço. Ou seja, um lugar patrimonializado tem valor especialmente para as pessoas que participaram do processo ou tem ligação com o espaço, fazendo com que este simbolize excepcionabilidades, raridades e história viva, componentes importantes da trajetória da nação “construída”.

É preciso considerar a participação da sociedade, de forma direta, nas reivindicações de tombamento junto aos órgãos, ou indiretamente, através de iniciativas da população, na construção do patrimônio local. Essas demandas sociais são importantes, mas ainda não eficazes no Brasil. Maria Cecília Londres Fonseca, em seu

livro *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, considera que

“Se entre os produtores culturais – cineastas, atores, músicos, escritores etc – essas demandas são mais definidas e, frequentemente, veiculadas por meio de organizações corporativas (associações, sindicatos etc), falar de uma demanda social em termos da constituição de um patrimônio cultural da nação é bastante problemático, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, na qual, ao lado da pluralidade dos contextos culturais, existem profundas desigualdades econômico-sociais, e a autonomia de uma esfera cultural sequer faz sentido para alguns grupos da sociedade nacional” (FONSECA, 2012 p.01).

Por conta de todos esses problemas, boa parte dos pedidos de tombamento, segundo a socióloga, ainda parte de instituições como o Iphan ou órgãos estaduais e municipais de preservação. Mas o que se nota é que a população também recria e elege, em seu cotidiano, aquilo que considera como sendo o seu patrimônio, como ocorreu com a Vila Planalto. Além disso, deve-se considerar a análise conjunta dos processos históricos, das estruturas estabelecidas, do movimento das formas e dos conteúdos incorporados ao longo do tempo. E apesar do tombamento poder ser positivo para a população envolvida, ele simboliza a intervenção do Estado sobre o território com uma política de controle socioeconômico e de dominação, muitas vezes (COSTA, 2012). Assim, no mesmo movimento em que a população se vê beneficiada pelo tombamento, ela também está sendo restringida de fazer determinadas mudanças formais e de uso em seus imóveis, quando se trata do patrimônio urbano, independente da necessidade emergente do cidadão, o que representa, hoje, um grande dilema para o próprio IPHAN.

O que é visível é que o processo de patrimonialização ocorre, na maioria dos casos, para preservar uma área que tem grande potencial turístico devido às memórias ali registradas, como vemos no caso de cidades históricas de Diamantina em Minas Gerais, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1999, que possui registros do período de colonização e extração de minérios. Com casario colonial de inspiração barroco-rococó, edificações históricas pitorescas, bela paisagem natural que emoldura o núcleo tombado e uma forte tradição religiosa, folclórica e musical, a cidade representa, em outra dimensão de urbano, uma singularidade especial que atrai o olhar dos estudiosos e de turistas do mundo todo (COSTA, 2011; DANNEMAN, 2013).

O tombamento está intimamente ligado à singularidade do local. Como afirma Costa (2012, p.12), “os bens culturais são os representantes máximos da saga e da sede

de conquista dos homens sobre a terra, do próprio processo de valorização do espaço.” Por serem construídos ao longo do tempo, tem força memorial e sofre transformações no seu valor histórico. Ou seja, a partir da transformação de um espaço em um bem da humanidade é possível criar uma “blindagem relativa” em relação à valorização espacial, de forma que, hipoteticamente, este não seria atingido pela especulação imobiliária e a macrocefalia urbana, mesmo com mudanças na apreciação do seu valor de representante da memória local.

Contudo, não faltam referências que apontam para o forte impacto causado em bens patrimoniais a partir de sua projeção regional, nacional e mesmo mundial, dada a busca atual das massas por singularidades recriadas para o lazer ou a especulação imobiliária. Nessa dimensão é que Costa e Steinke (2012) avaliam o processo de tombamento e projeção global de Brasília. Afirmam que a “regularização do uso da terra, políticas públicas ou estratégias eficientes de moradias para a nova classe média emergente em Brasília, em territórios menos adensados, e, é claro, para a classe baixa, planejamento/gestão do transporte público e uma eficiente engenharia de tráfego, a descentralização do comércio e dos serviços, a criação de oportunidades de trabalho nas diferentes Regiões Administrativas são quesitos de primeira ordem para se amenizar impactos ao patrimônio urbano de Brasília” (COSTA; STEINKE, 2012, p. 136).

A ideia de patrimônio deve dar à população, segundo Meneses (2012, p.06), “a dimensão da consistência inseparável da cultura e de sua construção social, da memória e de sua ética, de política e das escolhas coletivas.” Ou seja, deve manter o caráter as heranças da população, considerando suas escolhas, a construção seletiva de memória social e dar sentido aos valores que identificam a sociedade.

A Vila Planalto é um patrimônio reconhecido pelo Distrito Federal sem estar na lista de bens tombados pelo IPHAN, ou seja, está na poligonal de tombamento de Brasília, que é um patrimônio mundial, porém não é considerada um patrimônio mundial. Sendo assim, o contexto difere dos outros patrimônios, ou seja, enquanto lugares são tombados com a finalidade de preservar a história para estimular a atividade turística da região, a Vila teve seu tombamento feito para garantir a fixação da população naquele espaço sem alteração na sua estrutura inicial de acampamentos divididos hierarquicamente. Com o objetivo de limitar os direitos da propriedade

privada, foi uma forma do local ser menos atingido pela expulsão da população mais humilde por uma população de classes mais altas; importa, nesse caso, entender que o patrimônio adquire função útil à sociedade.

Parece que as decisões sobre o tombamento de Brasília foram tomadas pela elite e a consagração da cidade como patrimônio da humanidade junto com os processos de tombamento ficaram muito distante dos moradores. Contraditoriamente, há na história patrimonial brasileira uma tendência em que as instituições de preservação tem dificuldades de se aproximar dos sujeitos sociais para as quais suas atividades deveriam estar dirigidas: seus habitantes (COSTA, 2012). No caso da Vila Planalto, estes tiveram conhecimento do processo; sua patrimonialização teve amplo conhecimento e aceitação dos moradores. Preservar o patrimônio histórico, nesse sentido, foi eleger uma parte específica do passado como síntese da história da comunidade, dando um sentimento de pertencimento aos habitantes, questão que Pires (2012) vê como fundamental.

“Para os seus moradores, a vila se constitui, de fato, num patrimônio histórico importante para a cidade. Através da utilização de um discurso de afirmação da importância de um patrimônio é que eles passam a reivindicar a sua preservação”, afirma Sandra Bernardes Ribeiro, pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste (Necoim), da Universidade de Brasília em entrevista ao IPHAN. Reforçando o caráter identitário espacial e político que a construção do patrimônio oferece, pois a memória desse local guarda não só elementos de conquista, mas também é um instrumento de poder, principalmente poder político.

3.1 Vila Planalto e o Tombamento

A Vila Planalto localiza-se entre os Palácios do Planalto e da Alvorada, na Região Administrativa I – Brasília, seus lotes são pertencentes à TERRACAP, mas a gestão cabe aos órgãos técnicos.

Está inscrita no livro de tomo do GDF: Livro III – Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos – DePHA, folha 001, inscrição nº 002, em 18/11/91. Decreto de Tombamento nº 11.079, de 21/4/88, publicado no DODF de 25/04/88. Alterado pelo

Decreto nº 11.104, de 12/5/88, publicado no DODF de 17/5/88. Logo, não é tombada pelo IPHAN.

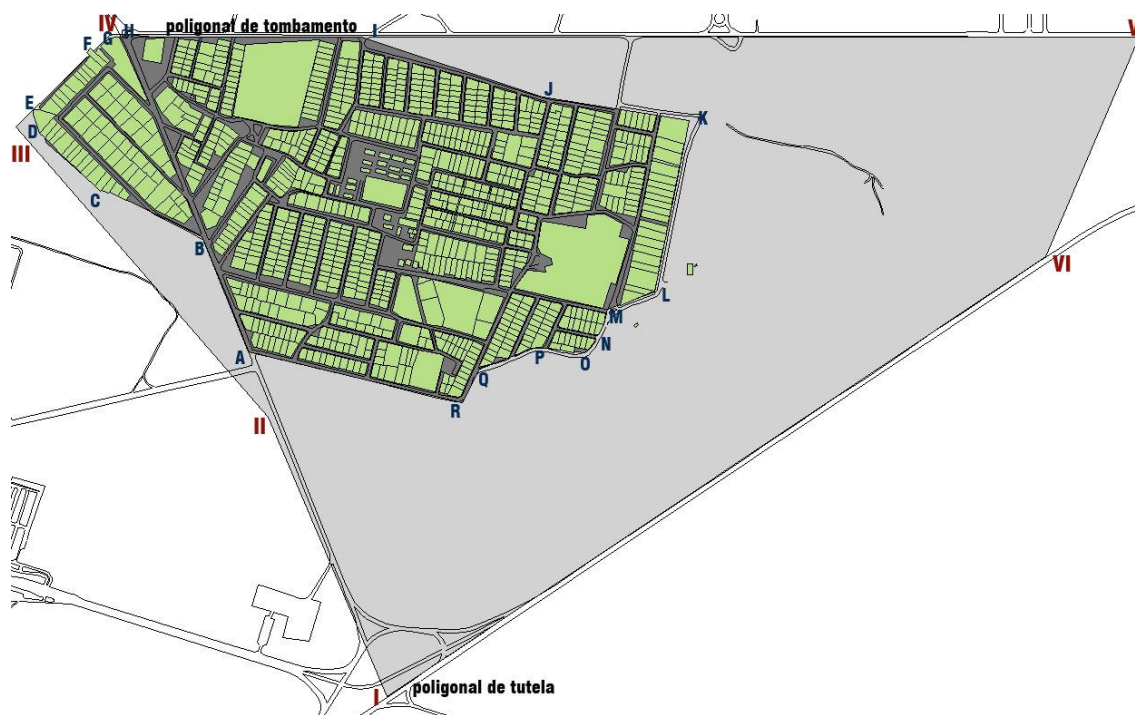
Quanto à tipologia a Vila Planalto é um conjunto urbano constituído de casas de madeira que formam grupamentos diversificados, que assume uma grande importância na estruturação espacial. A forma direta da comunicação das casas com a rua e a definição dos espaços públicos, a partir dos edifícios construídos, confere o caráter de agente figurador efetivo, ao contrário do que ocorre no Plano Piloto, onde os edifícios são objetos na paisagem (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2009, p.14).

Assim como os elementos de planta baixa, a tipologia das edificações da Vila também favorece a integração de espaços públicos e privados, o que contribui para a configuração da escala cotidiana, tão enfatizada no Relatório de Lucio Costa. A adoção dos princípios da arquitetura moderna, reinterpretados em madeira, manifestam-se nas tipologias das edificações, principalmente através de sua volumetria, predominantemente horizontal, enfatizadas pela forma de colocação das estreitas tábuas, também dispostas horizontalmente, composição de fachadas com larga utilização de elementos vazados (treliças, cobogós) em madeira. Nas janelas, predomina, também, a horizontalidade. Os telhados com pouca inclinação, quase planos, variam o sentido de caimento das águas, em geral, com avanço da cobertura com elementos definidores do acesso principal (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2009, p.14).

A área da Vila Planalto tem limites precisos e, apesar de decorrer da justaposição de acampamentos, possui uma estrutura espacial bem articulada. Dentro dessa configuração espacial própria, ocorrem pontos com fortes características de centralidade distribuídas pelos acampamentos. São pontos de grande convergência social, constituindo-se em elementos espontaneamente eleitos pela população, por representatividade, enquanto pontos referenciais de vivência dentro do processo histórico da Vila (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2009, p.14).

O Decreto nº 11.079, de tombamento da Vila Planalto, foi assinado no dia 21 de abril de 1988 e publicado no DODF em 25 de abril de 1988. Reconhecida como Patrimônio Histórico do Distrito Federal, sendo inscrita no Livro do Tombo sob a categoria de Conjuntos Urbanos Sítios Históricos, a Vila Planalto também está inserida na poligonal de tombamento do Plano Piloto, que se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2009, p.14).

O Projeto de Urbanismo registra a Poligonal de Tombamento, representada pela área de preservação que compreende a Vila Planalto em si, e a Poligonal de Tutela, área Non Aedificanti que contém, além da Poligonal de Tombamento, uma área verde de amortecimento (MAPA 02).



Mapa 2 Poligonal de Tombamento e Poligonal de Tutela - Fonte: SEDUMA 2008

O tombamento da Vila Planalto apoiou-se em aspectos relacionados com a formação e importância histórica, morfologia espacial e tipologia arquitetônica, uma vez que a Vila “representa um dos principais testemunhos da época da construção de Brasília” (Decreto n.º 11.079/1988). A importância histórica está relacionada à jornada dos pioneiros e candango na construção da capital, sendo.

pioneiros aqueles funcionários, profissionais, agricultores e comerciantes que vieram para dar corpo à empresa da construção da capital e os candangos operários de construção do interior, qualificados ou não, (...) significava alguém sem qualidades, sem cultura. (HOLSTON, 1993, p. 206)

Enquanto o título “pioneiro” agregava valor à quem o tinha, o termo “candango” era considerado depreciativo e foi abandonado pela população da Vila Planalto.⁴

Como todo patrimônio, a Vila também sofre ameaças contemporâneas relacionadas aos bens, como a pressão imobiliária e a circulação que surgem com o

⁴ Para melhor entendimento da noção de candango e suas variantes históricas, ver Holston (1993) e Costa e Peluso (2013).

crescimento das cidades, principalmente Brasília que foi planejada para 500 mil habitantes e está chegando aos 2,7 milhões, que aumenta a demanda por habitação e infraestrutura e, conseqüentemente, atinge as áreas mais próximas ao centro que tem potencial de oferta para sanar essa demanda.

O tombamento, seja qual for o objeto, assegura sua continuidade, quando na verdade a vida das pessoas e suas atividades interagindo com os bens tombados é que devem ser repensadas (TIRAPELI, 2012). Por isso, UNESCO propõe uma série de medidas para a preservação patrimonial, a partir do Memorando de Viena que “incide sobre o impacto do desenvolvimento contemporâneo na paisagem urbana global e no significado do património”⁵, de forma que se reduz o impacto da urbanização e do crescimento urbano e áreas ambientais e urbanas que foram tombadas. Esse memorando foi criado visando resolver a dialética da preservação e da mercantilização, amplamente discutida por Costa (2011; 2012), entre outras que serão discutidas, em seguida, no contexto Vila Planalto.

A política neoliberal flexibiliza as leis de proteção do patrimônio e interrompe o tombamento de áreas que podem gerar conflitos com setores privados e classes mais altas da sociedade (SCIFONI, 2012). Logo, dialética da mercantilização e da preservação se torna evidente no contexto Vila Planalto, desde sua consolidação, no contexto em que, com a saída das construtoras, iniciou-se um processo de destruição dos acampamentos e substituição por residências de melhor qualidade voltada para os funcionários públicos que vinham trabalhar na nova capital. Apesar de nesse momento ainda não ter ocorrido a patrimonialização é importante analisá-lo, pois está intimamente ligado ao que ocorre hoje.

A cronologia das políticas públicas de patrimonialização, no Brasil, acompanhou a idealização de uma história da cultura voltada ao tombamento e guarda bens considerados como valores culturais da nação, o que deveria se entender a todos os brasileiros; como se guardasse uma identidade da unidade nacional (CASTRO, 2012). Porém, no caso da Vila Planalto, esses valores parece se prender especialmente à população que resistiu no local, os pioneiros, que apesar de negligenciados no processo

⁵ Tradução direta da “XV Assembléia Geral dos Estados Partes da Convenção sobre a Proteção do mundo cultural e património natural” (UNESCO, 2005)

de crescimento do país, ficam em evidencia devido à sua importância na construção da atual capital.

Por isso, atualmente, a Vila Planalto passa por um processo de reavaliação, ou seja, o que antes tinha valor pelo seu caráter histórico de resistência e pioneirismo, hoje tem valor de bairro habitacional com localidade para classe média e funcionários públicos. A população pioneira convive com traços de memória e evidências de desrespeito ao plano inicial. Que leva a outra dialética vivida em áreas tombadas, a dialética da construção e desconstrução.

O espaço foi construído no contexto da necessidade de instalação dos responsáveis pela construção da nova capital em um local próximo aonde seria o centro dela. Conforme sua função foi terminando iniciou-se um processo de mudança na forma e na estrutura local, o que seria a desconstrução desse espaço. A patrimonialização diminuiu a aceleração desse processo, porém com a banalização da Vila e a não fiscalização necessária, nos últimos tempos esse processo acelerou bastante com a transformação das pequenas vielas de circulação de pessoas em pistas asfaltadas, demolição de casas para construção de prédios de quinetes e apropriação de área *non aedificanti* por invasores.

No contexto de uma Brasília utópica, criada em uma dimensão em que não haveria segregação ou diferença na disponibilidade de serviços urbanos, emerge Vila Planalto. Contudo, como vários outros acampamentos ou “invasões”, este território também passou pelo processo de remoção, onde muitos pioneiros viram suas “casas”, barracos de madeira germinados sem o mínimo de segurança ou estrutura, serem derrubadas, e logo em seguida serem colocados em um lote vazio. Negou-se aos operários da construção direitos de residência.

Muitos de nós (pioneiros) fomos induzidos pela Terracap a sair de nossas casas, os que foram, pouco depois, voltaram. Eles contavam que eram ‘jogados’ em lotes que nem limpo estavam, tinham que viver em barracas de lona enquanto construíam suas casas e não havia água no local. Era ali próximo à Samambaia.⁶

Dessa forma, percebe-se “a cidade entre o real e o imaginado” onde as populações candanga e pioneira sofrem repressão em seu local de fixação sendo

⁶ Entrevista de uma pioneira à autora em 23 de novembro de 2013, na Vila Planalto

subtraídas da área de origem e adicionadas o mais distante possível do centro para que a imagem utópica de cidade moderna não segregacionista pareça real no contexto de Brasília. Essa estratificação se inicia, de acordo com Holston (1993), logo quando são escolhidos os participantes do setor terciário com suas posições definidas e direito à cidade, vindo em seguida os migrantes pobres da construção civil, que não tinham direito a cidade por serem funcionários temporários que, de acordo com o planejamento, deveriam se retirar da nova capital após a construção.

De acordo com Coêlho (2011), os atos da população, de uma área tombada, são carregados de simbolismo, porém sofrem mutações e adaptações quando os contextos se mostram instáveis e descontínuos. Ou seja, com a redução de pioneiros na Vila Planalto ocorre uma perda histórica local, as dinâmicas sociais se tornam cada vez mais complexas e o caráter identitário perde força, dessa forma acontecem transformações no espaço, antes caracterizado como um local imprevisto, que o torna cada vez mais valorizado.

“Os territórios da memória histórica candanga são resistências, imagens reais e invertidas do poder e da ideologia que materializa Brasília enquanto signo paradoxal de uma pretensa sociedade” (COSTA; PELUSO, 2013, p. 03). Surgem, então, uma série de questões paradoxais relacionadas à Vila Planalto, a primeira delas é a da contradição de ser uma área de difícil regularização com o benefício da localidade, que é central. Maiorias das áreas consideradas irregulares estão localizadas em periferias e são a forma visível da segregação, ao contrário da maioria, a Vila se encontra no centro da cidade, próxima aos órgãos de poder, e apesar da localização e regularização ainda carrega o caráter de local irregular herdado do período de resistência pioneira.

A oposição entre exclusão social e valorização dos pioneiros como memória viva dos primórdios de Brasília está evidenciada no enriquecimento e na mudança populacional da Vila Planalto. Os pioneiros são expulsos e segregados e, nesse processo, o caráter histórico do local se perde.

E nesse contexto entram em questão dois debates: a planificação convivendo com a estruturação urbana e a concepção de patrimônio ligada à preservação histórica, ambos relacionados com a Vila Planalto.

Quando se fala em planificação urbana, trata-se de traçar limites e objetivos relacionados à estrutura da cidade, de forma que essa não passaria por mudanças radicais e, hipoteticamente, não sofreria com a macrocefalia urbana. Nesse sentido, a planificação e o crescimento urbano teriam dificuldade de convivência, pois a primeira é planejada e o segundo é espontâneo. Na Vila é vivenciado pela população esse debate, de forma que, com o tombo a região deveria ser mantida conforme era no período dos acampamentos, porém a valoração espacial e o crescimento urbano fazem com que ocorram mudanças nas construções e nos moradores.

Para as autoridades e também a sociedade, discursivamente, um bem patrimonializado está intimamente ligado à ideia de preservação. Com a recorrente banalização dos bens, inclusive da Vila Planalto, pequenas ameaças, como o aumento na intensidade do trânsito, ou a urbanização, faz aumentar a responsabilidade perante o patrimônio. A preservação histórica não pode ficar em segundo plano, em favorecimento ao desenvolvimento e ao aproveitamento financeiro da área estudada.

Dessa forma, conclui-se, a partir de Coelho (2011, p. 14), que “a patrimonialização da Vila Planalto evidencia um fracasso duplo, ou seja, não garante o direito à moradia nem a conservação dos imóveis originais da cidade.” Em resumo, aqueles que pertencem ao espaço não tem certeza de sua estabilidade local, muito menos da continuidade da forma original de seu local.

4 A VALORAÇÃO E AS MUDANÇAS NO ESPAÇO DA VILA PLANALTO

O objetivo desse capítulo é retratar a situação atual da Vila Planalto consoante com a estrutura formal e de conteúdo do tombamento, ou seja, a partir de imagens e entrevistas buscou-se encontrar respostas à questão norteadora do trabalho: como o tombamento é afetado pela valoração espacial na Vila Planalto?

A pesquisa foi realizada com 10 moradores dentre os mais antigos da Vila Planalto, considerados “pioneiros”. As fotos do período de construção da capital foram cedidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal, as imagens de satélite retiradas do Google e fotografias realizadas pela autora desse trabalho.

A lógica de estruturação da Vila Planalto faz com que ela seja ao mesmo tempo bastidor e testemunha do processo de formação de Brasília. A relação com o espaço local colocou em questão o pertencimento territorial e o direito ao lugar, ambos relacionados não só com a estrutura física, mas também com a história social. Considerando que o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade dos lugares (Abreu, 1998), a pesquisa busca resgatar a memória urbana para retratar o contexto desses pioneiros.

Desse modo, no decorrer da análise, buscaremos evidências dessa relação de pertencimento da população com o lugar e as mudanças provenientes da necessidade de habitação e do processo de valorização espacial na Vila. Por correlacionar, então, valorização espacial (que remete à valor econômica) com valorização simbólica, optou-se pela noção de *valoração* no espaço da Vila Planalto, como remete o título deste capítulo que fecha este trabalho monográfico.

4.1 A Pesquisa: percurso analítico pela essência patrimonial da Vila Planalto

A pesquisa foi feita com entrevistas semiestruturadas aos poucos pioneiros remanescentes na Vila Planalto; poucos pois muitos faleceram e outros venderam suas propriedades e foram para Regiões Administrativas mais distantes e periféricas. Daí o valor de estudos que resgatem a memória candanga, pois seus territórios “são

patrimônio cultural tangível da formação territorial do Distrito Federal do Brasil” (COSTA; PELUSO, 2013, p. 27).

Iniciaram-se as entrevistas coletando dados básicos para caracterização do entrevistado ou da amostragem, como: nome, data de nascimento, ano de chegada à Brasília e acampamento de origem. Após essa etapa, seguiram-se questões mais diretas, relacionadas ao caráter histórico e identitário do entrevistado, como:

1. Você considera que o tombamento foi feito para garantir a fixação da população sem que ocorresse a perda da estrutura inicial de acampamento?
2. Ainda é possível perceber, na Vila Planalto, os agrupamentos diversificados que formavam a estrutura inicial?
3. Quais mudanças sociais são visíveis na Vila Planalto?
4. Quais mudanças estruturais ou físicas são visíveis na Vila Planalto?
5. Qual foi sua participação no processo de fixação da população na Vila Planalto?
6. Você, morador e pioneiro da Vila Planalto, teve amplo conhecimento e aceitação do processo de patrimonialização da área?

Na sequência, foram colocadas as seguintes afirmativas para que o entrevistado pudesse concordar, discordar ou não concordar nem discordar, para em seguida dar uma justificativa:

7. “Com menos pioneiros a Vila Planalto perde seu caráter identitário”
8. “A Vila Planalto está perdendo seu caráter histórico e se tornando um bairro de classe média”

Por último foi dada a liberdade ao entrevistado para que pudesse ceder qualquer outra informação que fosse importante para a pesquisa, no seu entendimento.

Após as entrevistas iniciou-se a parte analítico-comparativa do trabalho, na qual foram utilizadas imagens do período da consolidação da Vila e comparadas com as imagens atuais, com o objetivo de identificar mudanças espaciais, tais como, na tipologia das habitações, na rede viária, no tamanho e estrutura dos acampamentos e na quantidade de área verde *non aedificante*. Em suma, como sugerem Costa e Peluso (2013, p. 01), “a análise da formação territorial urbana por meio do resgate da memória social sugere (...) um percurso metodológico calcado: em relatos daqueles que

vivenciaram e conceberam seu espaço da vida ativa; em fontes documentais; e em iconografias”.

4.1.1. A visão dos pioneiros e o contexto atual da Vila Planalto

Todos os pioneiros entrevistados chegaram a Brasília entre 1955 e 1962, com idade variando entre 27 e 33 anos. Sua distribuição nos acampamentos foi bem diversificada, ficando espalhados em vários deles.

Dos entrevistados, apenas dois não tiveram conhecimento no processo de tombamento da Vila, porem, ao saberem de tal fato, não foram contra. E apesar do desconhecimento, assim como os outros pioneiros, consideram que a patrimonialização foi feita para garantir a fixação da população mantendo aquela estrutura inicial.

Quando se trata da estrutura inicial, ocorre um impasse entre os entrevistados, 80% deles afirmam que, sim, são perceptíveis os agrupamentos, mas na forma de arruamentos e da arquitetura. Ou seja, nos endereços ainda é visível a separação de acordo com os acampamentos (Imagem 7). Porém, o aspecto formal arquitetônico está completamente modificada. Os outros 20% dizem que tudo que trazia memória da estrutura da Vila Planalto já foi substituído e, logo, nem a estrutura resistiu às mudanças.



Imagem 7: Imagem de residência endereçada com estrutura de acampamento, Foto da autora, 12 de novembro de 2013

As estruturas sociais visíveis na Vila estão relacionadas a uma renovação urbana, ou seja, ao enriquecimento e transformação físico-estrutural da área, não só no âmbito social ou simbólico. Percebe-se o surgimento de grandes casas de alto valor e de uma população não característica do início da construção da capital. Porém, foi constatado que os pioneiros não enriqueceram, mas classes mais altas foram atraídas para a área, tornando a Vila um local de população mesclada; tendência que favorece sua atual valorização espacial.

E quando se trata das mudanças estruturais, os pioneiros afirmam com entusiasmo a colocação de asfalto, esgoto, água, posto de saúde e outras construções relacionadas à infraestrutura:

A Vila Planalto, mesmo após a garantia de permanência nossa (dos pioneiros) ainda parecia um local irregular e considerado uma favela, após a colocação de água, esgoto, luz e, principalmente, o asfalto, aqui ganhou a atenção como um lugar bom de morar e perto do centro. A partir daí começaram a aparecer os novos ricos⁷

Pode-se considerar a partir dessa afirmativa que: a melhoria na infraestrutura aumentou o valor comercial da área, atraindo aqueles que antes não eram a favor da consolidação da Vila, devido ao aspecto de ilegalidade do lugar. Dessa forma, fica evidente que a mudança nas formas afeta os significados e o reconhecimento de uma área urbana. Porém, para uma pioneira entrevistada, as mudanças estruturais não são todas positivas:

A mudança estrutural que mais impactou aqui foi a colocação de asfalto. Isso trouxe uma cobiça pela área, alguns poderosos, após ver a melhoria da região, compraram ruas inteiras ameaçando a derrubada e o parcelamento dos lotes. Alguns já demoliram a casa do local e construíram prédios de quitinetes e outros mantem os moradores nas casas, mas avisados de que a qualquer momento podem ser expulsos⁸

A entrevistada conta também sobre o fluxo migratório que ocorre na área:

Muitos moradores conhecidos meus venderam seus lotes por preços extremamente baixos, entre dez e vinte mil reais, e foram morar em cidades-satélites. Tempos depois, eles voltam para cá e passam a viver de aluguel, quando questionados o porquê do retorno muitos afirmam que é por causa da localização⁹

⁷ Entrevista de uma pioneira à autora em 23 de novembro de 2013, na Vila Planalto

⁸ Entrevista de uma pioneira à autora em 23 de novembro de 2013, na Vila Planalto

⁹ Entrevista de um pioneiro à autora em 23 de novembro de 2013, na Vila Planalto

Percebe-se então, que o fator localização é um dos grandes atrativos da Vila Planalto e por isso ocorre a intensa procura por moradias no local.

Todos os pioneiros entrevistados tiveram participação no processo de fixação, direta ou indiretamente. Dentre todos os episódios relatados, o mais citado foi o “Abraço à Vila” e o “Abraço à Igreja”. O primeiro foi feito em 1984, quando todos os moradores da Vila se reuniram e fizeram o gesto simbólico de abraçar a Vila, eles se reuniram de mãos dadas e quase conseguiram circundar todo o perímetro da área. O segundo foi um abraço, também simbólico, feito na Igreja Nossa Senhora Da Pompeia, considerada um monumento religioso para aqueles que moram no lugar, para evitar que fosse derrubada pela Terracap, no período de expulsão dos moradores.



Imagem 8: Imagem da Igreja Nossa Senhora da Pompeia, Foto da Autora, 16 de novembro de 2013

Quando foi solicitado para que o entrevistado julgasse a afirmativa “Com menos pioneiros a Vila Planalto perde seu caráter identitário” quase todos os entrevistados concordaram e justificaram que a mudança da população gera esquecimento da historia e de todo processo de fixação, além disso, alegam que o tombamento visou a parte arquitetônica e em nenhum momento garante que os pioneiros continuaram no local.

Uma pioneira, do acampamento Tamboril, discordou da afirmação, justificando da seguinte forma:

A quantidade de pioneiros não está diretamente relacionada ao caráter identitário, pois os netos dos pioneiros não carregam essa identidade. Deviam ser feitos trabalhos nas escolas, não só daqui, mas de Brasília toda, para que houvesse a valorização e reconhecimento do pioneiro ¹⁰

“A memória é um elemento essencial da identidade de um lugar” (Abreu, 1998, p.82) logo, se não for feito um trabalho de conscientização com a população nova da região, seja ela descendente de pioneiros ou não, o caráter identitário vai se perder junto com as formas estruturais que estão sendo substituídas na Vila. Como destacam Costa e Peluso (2013), esses protagonistas vão se diluindo, tornando-se menos presentes em seu próprio território e mesmo nas memórias, na medida em que os pioneiros são substituídos pelos novos imigrantes, eles próprios com suas histórias.

A afirmativa “A Vila Planalto está perdendo seu caráter histórico e se tornando um bairro de classe média” todos concordaram. O principal motivo é o evidente surgimento da população que trabalha no funcionalismo público que construíram casas de dois pavimentos cercadas com muros e a saída dos pioneiros que venderam seus lotes por valores abaixo do real.

Conforme Abreu (1998), a memória individual pode contribuir para a recuperação da memória das cidades e a partir dos registros podemos enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos do urbano que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. Ou seja, as memórias relatadas dos pioneiros são importantes para que seja construído o cenário onde se passou a história deles. O relatos sobre as estruturas físicas fazem possível a reconstrução do espaço como local onde se passou a vida da população.

Porém, segundo a pioneira entrevistada, a característica de vizinhança não se perdeu, “muitos ricos que se mudam pra cá gostam do clima de cidade do interior e interagem com os moradores mais antigos”¹¹. Ou seja, nem todos os aspectos sociais da Vila Planalto se perdem com a mudança da população, contanto o valor simbólico enfraquece. Os novos moradores apreciam a estrutura de “cidade do interior”, mas não

¹⁰ Entrevista de uma pioneira à autora em 23 de novembro de 2013, na Vila Planalto

¹¹ Entrevista de uma pioneira à autora em 23 de novembro de 2013, na Vila Planalto

sabem como essa estrutura se construiu nem os processos relacionados a essa construção.

Patrimônio cultural pode ser considerado o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Nesse contexto, é possível concluir que com a mudança da identidade de um povo o que é considerado patrimônio também muda e, conseqüentemente, a conexão afetiva se perde. E isso é o que foi verificado com as falas dos pioneiros. Ou seja, os que não são pioneiros não consideram a Vila como um patrimônio e não criam uma afetividade espacial, assim não veem barreiras intangíveis na hora de reformular o espaço.

4.1.2 Análise comparativa das mudanças físicas da Vila Planalto a partir de imagens

O objetivo desse item do trabalho é fazer análise comparativa entre imagens do período do tombamento em relação aos dias de hoje. Serão utilizadas imagens adquiridas no Arquivo Público do DF, fotografias da autora e imagens de satélite do Google. As comparações estão baseadas na mudança das formas, estruturas e tamanhos das construções da área. Entende-se que essa leitura do aspecto formal da Vila não se despreza do novo sentido que essas transformações dão à Vila, pelo contrário.

As imagens a seguir mostram, respectivamente, uma construção com o padrão do acampamento e uma habitação com estrutura bastante típica nos períodos atuais, que convivem juntas numa distância de menos de 200 metros. É importante ressaltar, também, que a primeira era um posto administrativo do acampamento desse local, o acampamento Rabelo, e que hoje é bastante comum verificar construções remanescentes do período de provisoriedade da Vila convivendo com as de padrão contemporâneo.



Imagem 9: Imagem do posto administrativo do acampamento Rabelo, Foto da autora, 14 de novembro de 2013



Imagem 10: Imagem de habitação com padrão atual , Foto da autora, 23 de novembro de 2013

O que se percebe é que apesar das duas fotografias serem do ano de 2013, elas apresentam estruturas e padrões diferentes, a primeira é uma das poucas construções remanescentes do período da construção de Brasília, sua estrutura é feita toda em madeira e possui as características das casas construídas para os engenheiros; a segunda

tem a tipologia de uma casa do Lago Sul ou Norte¹², que não condiz com as formas descritas no tombamento. Surgiu também uma serie de parcelamento de lotes em apartamentos, conforme alguns entrevistados haviam mencionado, com grandes blocos de quitinetes.



Imagem 11: Imagem de lote parcelado em apartamentos, Foto da Autora, 24 de novembro de 2013



Imagem 12: Imagem de prédio de quitinetes, Foto da autora, 12 de novembro de 2013

¹² Áreas habitacionais próximas ao lago que concentram as classes mais ricas da população de Brasília

A área *non Aedificanti* apresenta pontos de “invasão”. “Invasões” compostas tanto de pequenos barracos quanto de casas de alvenaria. Com a falta de fiscalização da Terracap, novos sujeitos surgem de tempos e tempos e aqueles já fixados ampliam suas casas. Isso representa um dos conflitos com o próprio tombamento.



Mapa 3 Área Non Aedificanti atualmente - Fonte: Google Maps: organizado pela autora, 2013

A densidade habitacional da área aumentou consideravelmente, como é perceptível nas imagens abaixo, por conta da pressão imobiliária. No período da construção de Brasília os agrupamentos eram hierarquizados, ou seja, as pessoas mais importantes, como os engenheiros, ficavam em áreas melhores do que aqueles que eram considerados menos importantes, como os pedreiros. Atualmente, essa estrutura não é mais vista, casas de portes e valores diferentes se misturam dentro das áreas que anteriormente foram criadas para segregar, como mostra a Imagem 13, na qual uma residência de madeira está aglutinada à uma de alvenaria.



Imagem 13: Imagem de casas da Vila Planalto, Foto da autora, 12 de novembro de 2013



Imagem 14: Imagem da divisão dos acampamentos em 1989, Foto do ARPDF, adaptado pela autora em novembro de 2013



Mapa 4 Divisão dos acampamentos em 2013, Fonte: Google Maps, organizado pela autora, novembro 2013

As transformações físicas mais evidentes na Vila Planalto são aquelas relacionadas à infraestrutura e valoração do espaço. O surgimento dos serviços públicos básicos fizeram da Vila um local atraente, principalmente na área habitacional, conseqüentemente, aqueles que possuíam recursos foram se mudando para o local e trouxeram com eles um novo padrão arquitetônico que vai contra os padrões tombados.

Com grande poder de atração, agora a Vila Planalto é desejada por uma população que não esteve presente no processo de fixação, a transformação física ressignificou o valor simbólico, de forma que, para os novos moradores a área se caracteriza como outro bairro urbano qualquer. O simbolismo das construções de madeira, estreitas vielas, praças bastante arborizadas e, até mesmo, da Igreja Nossa Senhora da Pompei foi esquecido, sendo hoje apenas elementos da paisagem.

Junto com a perda material significativa (parte tangível da Vila Planalto), seus elementos intangíveis da cultura e da história deste território também se perdem. A população pioneira se reduz com o tempo e poucos são os que herdam essa identidade e história; dessa forma, o patrimônio se banaliza e o significado simbólico coletivo se perde. O material permanente, aos poucos, perde seus sentidos subjetivos, reconhecendo

a dialética do tangível-intangível, do patrimônio material-patrimônio imaterial, tratado por alguns dos autores referenciados neste trabalho monográfico.

Com o que foi dito pelos entrevistados e verificado a partir das imagens, considera-se que a Vila Planalto passa um por um processo de mudança constante nas suas formas e conteúdos, desde o tombamento. Os pioneiros não são mais tão presentes na área e sua memória esvai-se com a transformação física do aglomerado. A Vila é descaracterizada dia após dia, com a pressão imobiliária presente não só na área, mas em todo DF. A procura por moradia em áreas próximas ao centro valoriza o espaço; aqueles que não têm como se manter são expulsos ou se sentem obrigados a mudar-se para áreas mais periféricas, como as antes denominadas cidades-satélites; os poucos moradores originais se vêem constantemente pressionados por grupos e entidades de grande poder financeiro e político, à vender sua residência por um preço inferior ou valor dela.

A estrutura de arruamentos, um dos poucos remanescentes do período da construção da capital, junto com os pioneiros que ainda se encontram na Vila, são resquícios de memória dos pioneiros, trazem consigo lembranças de um período onde a população possuía o sentimento de pertencimento à Vila Planalto, de forma mais arraigada. Os registros dessa população da Vila devem ser eternizados, pois “ao eternizarem-se em registros permanente, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que a produziu” (Abreu, 1998, p.86), logo a identidade de pioneiro não se perde.

Porem deve-se lembrar de que o sentimento de pertencimento e memória, relacionados ao espaço, estão sendo esquecidos e modificados junto com a população que se muda da região, principalmente pela perda identitária. Os filhos e netos dos construtores da capital não se intitulam como candango ou pioneiro, mas sim como Brasiliense¹³, destruindo todo e qualquer vínculo identitário com os construtores da capital. Perde-se, gradativamente e em algumas áreas mais que em outras, tanto o caráter material quanto imaterial do patrimônio historicamente edificado no Distrito Federal do Brasil.

¹³ Aqueles que foram nascidos e criados em Brasília, após a construção e inauguração da nova capital, em geral filhos de candangos e pioneiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período da construção de Brasília, os acampamentos das construtoras foram objeto de discussão e ações de intervenções que tinham como objetivo garantir que aqueles que vieram construir a nova capital voltassem para seu local de origem e/ou ficassem longe da área central da cidade. As transformações físicas e simbólicas da Vila Planalto foram acontecendo aos poucos até se tornarem tão evidentes no contexto atual.

Conforme Abreu (1998), o fundamental é a conscientização de que o resgate da memória não pode se limitar à recuperação de suas formas de outros tempos, mas que dê conta daquilo que não deixou marcas na paisagem e que pode ser recuperado nas instituições da memória. Sendo assim, o trabalho proporcionou caracterizações do material e imaterial da Vila Planalto, colocando em paralelo o passado e o presente da estrutura física e social.

O trabalho delineou de forma simbólica a fronteira entre o cenário histórico construído pela resistência populacional e a situação real de bairro passando por um processo de enriquecimento. Foram evidenciadas as construções históricas, as tipologias arquitetônicas, os usos do espaço, as formas de ocupação e as características de quem ocupou, com o objetivo de possibilitar a experimentação de como foi construída a identidade pioneira e sua ligação com a Vila Planalto.

As transformações no espaço são sempre contínuas, o que dificulta o estudo de territórios e sociedades contemporâneas. Assim, são feitos recortes para uma análise mais detida do espaço, o que não significa que tais recortes sejam apartados de contextos mais amplos. A questão da concepção de patrimônio é dinâmica, o que para uma geração possui valor histórico, para outra pode não ter o mesmo valor, por isso que o caráter identitário tem que ser passado de geração em geração, para que o patrimônio não se banalize, nem pelo discurso, nem pela vulgarização espacial.

A Vila Planalto é um espaço dinâmico que está em constante mudança social e estrutural, mesmo que pequenas; algumas mudanças afetam, diretamente, o ou os sentidos de seu tombamento. As reestruturações e reformas ocorridas afastam, gradativamente, o caráter identitário construído no lugar; não é visível os agrupamentos de acampamentos ou as casas de madeira de acordo com o período da construção de

Brasília. Os arruamentos do período, junto com a Igreja Nossa Senhora da Pompeia, são uma das poucas evidências físicas e não modificadas do passado da Vila Planalto.

A identidade de pioneiro, baseada na valorização da memória dos primórdios de Brasília, não é o suficiente para manter viva a história da Vila Planalto, nem garante o direito ao espaço ou à cidade. A valorização do espaço faz com que as leis de preservação das características locais percam sua força e, junto com elas, perde-se o caráter identitário, de forma que a Vila se mostra um bairro de classe média brasileira e não um espaço da memória originária candanga, ou seja, a valorização do espaço ganha fôlego em detrimento à *valorização* desse espaço que é coletivo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Maurício A. **Sobre a memória das cidades**. Porto, Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, vol. XIV, 1998, p. 77-97

CASTRO, B. **Patrimônio cultural plural e singular: a dupla face da mesma moeda**. In: COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COELHO, C. "**Espacios de memoria, espacios de historia: la supervivencia de Vila Planalto en los Bastidores de Brasília**", *IV Seminario Internacional Políticas de la Memoria. Ampliación del campo de los Derechos Humanos*, Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, Buenos Aires, Argentina, 2011

COSTA, E. B. . Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. Finisterra (Lisboa. 1966), v. 93, p. 05-28, 2012.

COSTA, Everaldo. **Totalidade urbana e totalidade-mundo – as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. São Paulo: DG/USP – Tese de Doutorado em Geografia– FFLCH, 2011, 443p.

COSTA, Everaldo; PELUSO, Marília. **Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971)**. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, 2013, p. 22.

COSTA, Everaldo; STEINKE, Valdir. **Brasília e áreas protegidas do cerrado: gestão do patrimônio mundial no Brasil Central**. Revista Olam – Ciência e Tecnologia, Rio Claro-SP, Ano XII, n. 1-2, 2012, p. 122-146.

COSTA, L., "**Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília**", I Seminário de Estudos Urbanos de Brasília, 1973.

BUARQUE, C., "**A desordem do progresso**", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

EPSTEIN, David. **Brasília: plain and reality**. University California Press, Berkely, 1973

GONÇALVES, J. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In Abreu R (org) Memórias e patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Tombamento**, Brasília, 2009 <http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/acervo/pdf/Patrimonio_tombado_e_registrado_DF.pdf>

HOFFMANN, Friederike. **Istanbul: Living Together Separately**. Urban Action 2007, College of Behavioral and Social Sciences, San Francisco State University, 2007.

MENESES, J. N. C. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

PAVIANI, A. “**a construção injusta do espaço urbano**” em Aldo Paviani (org.) A conquista da cidade – movimentos populares em Brasília (Brasília: editora UnB).1991, p.123

PIRES, M. do C. **Apresentação** In: COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RIBEIRO, S. B. pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste (Necoim), da Universidade de Brasília (UnB) <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=132> >

RIBEIRO, S. B. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume São Paulo, Editora UNESP, 2001

SOUZA, Nair H. B. De, Maria S. Machado e Luciana B. Jaccoud “**Taguatinga: uma história candanga**”, em Paviani (org.), Brasília: memória, moradia e exclusão, Brasília: Editora EDU-UnB, 1996, p.58

SOUZA, Nair H. B. De, Maria S. Machado e Luciana B. Jaccoud “**Taguatinga: uma história candanga**”, em Paviani (org.), Brasília: memória, moradia e exclusão, Brasília: Editora, EDU-UnB, 1996, p.55

TIRAPELE, P. **Prefácio** In: COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

UNESCO. **Fifteenth general assembly of states parties to the convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**, 2005

ZARUR, S. “**Vila Planalto: um caso de resistência popular**”, em Paviani (org.), Brasília: memória, moradia e exclusão, Brasília: Editora EDU-UnB, 1996,p.101

APÊNDICE

Apêndice A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PIONEIROS DA VILA PLANALTO

Brasília, ____ de novembro de 2013

Nome: _____

Nasc.: _____

Sexo: ()M ()F

Ano de Chegada em Brasília: _____ Acampamento de Origem: _____

1. Você, morador e pioneiro da Vila Planalto, teve amplo conhecimento e aceitação do processo de patrimonialização da área?

() Sim () Não

2. Você considera que o tombamento foi feito para garantir a fixação da população sem que ocorresse e perda da estrutura inicial de acampamento?

() Sim () Não

3. Ainda é possível perceber na Vila Planalto os agrupamentos diversificados que formavam a estrutura inicial?

() Sim () Não

4. Quanto à afirmativa “Com menos pioneiros a Vila Planalto perde seu caráter identitário”

() Concordo () Não Concordo nem discordo () Discordo

Justificativa:

5. Quais mudanças sociais são visíveis na Vila Planalto?

6. Quais mudanças estruturais são visíveis na Vila Planalto?

7. Quanto à afirmativa “A Vila Planalto está perdendo seu caráter histórico e se tornando um bairro de classe média”:

() Concordo () Não Concordo nem discordo () Discordo

Justificativa:

8. Qual foi sua participação no processo de fixação da população na Vila Planalto?

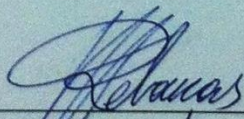
Informações Adicionais:

Apêndice B – AUTORIZAÇÃO DE LEILIANE REBOUÇAS PARA UTILIZAÇÃO DE SUA CARTA

AUTORIZAÇÃO

Eu, LEILIANE CRISTINA LOPES REBOUÇAS, autorizo a publicação da carta escrita por mim para Jose Sarney em 1986 no trabalho de conclusão de curso de THAIS TAVARES RODRIGUES do curso de Geografia na Universidade de Brasília.

Brasília, 21 de novembro de 2013



Leiliane Cristina Lopes Rebouças

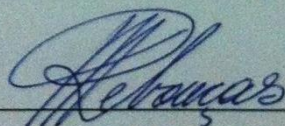
CPF: 808.784.231-68

Apêndice C – AUTORIZAÇÃO DE LEILIANE REBOUÇAS PARA UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CEDIDAS EM ENTREVISTA

AUTORIZAÇÃO

Eu, LEILIANE CRISTINA LOPES REBOUÇAS, autorizo a publicação das informações passadas na entrevista semiestruturada, aplicada no dia 22/10/2013, no trabalho de conclusão de curso de THAIS TAVARES RODRIGUES do curso de Geografia na Universidade de Brasília.

Brasília, 21 de novembro de 2013



Leiliane Cristina Lopes Rebouças

CPF: 808.784.231-68